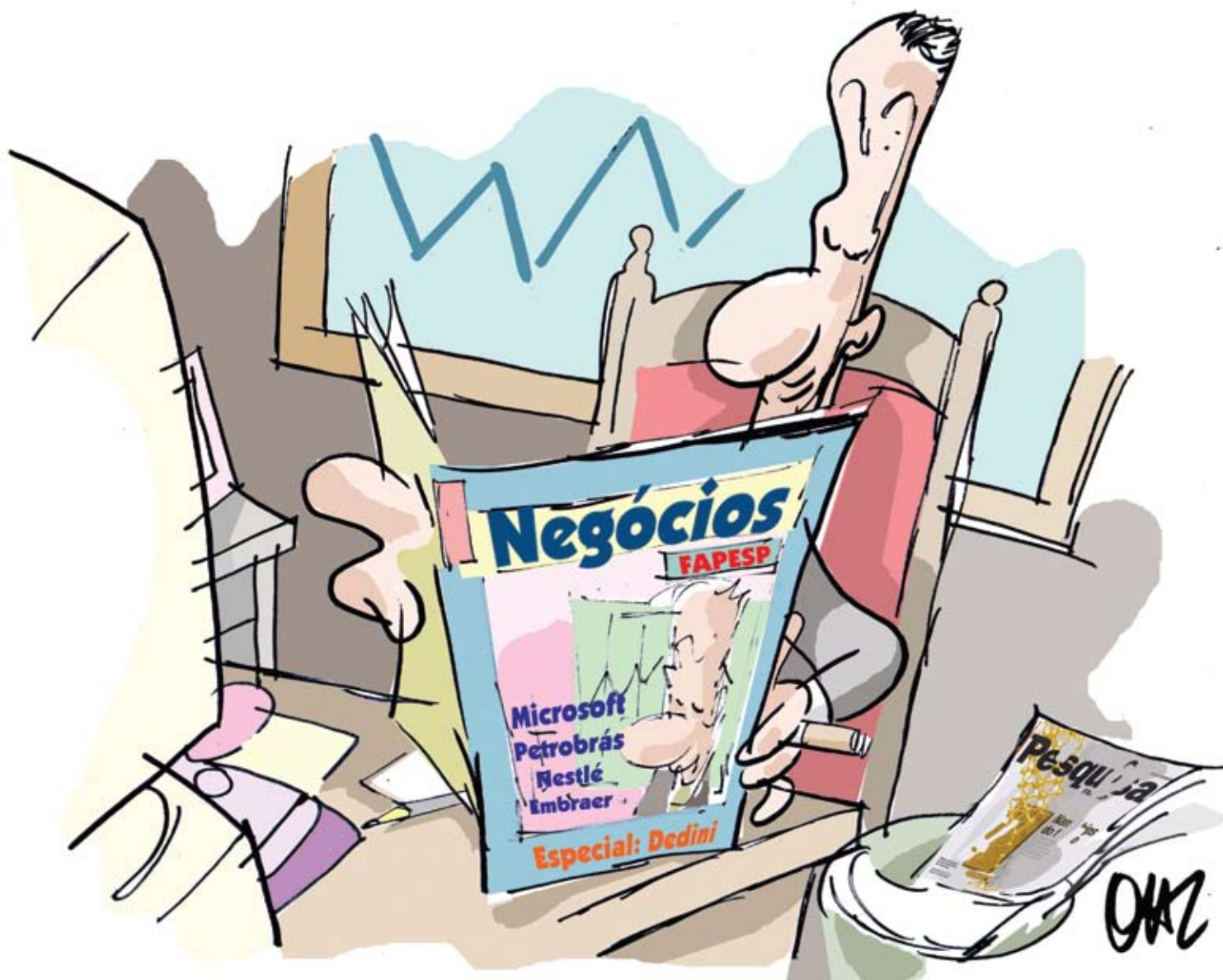




SOB PRESSÃO, FAPESP INVESTE MAIS RECURSOS EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

José Chrispiniano
Jornalista



A soma dos investimentos em programas especiais e inovação tecnológica (R\$ 148 milhões em 2006) já equivale ao montante aplicado em bolsas de pesquisa (R\$ 150 milhões). “Parcerias” com empresas como Dedini e Microsoft, os Centros de Pesquisa, Difusão e Inovação (Cepids) e os parques tecnológicos fazem aumentar a pressão por recursos para “pesquisa e desenvolvimento”. Ao mesmo tempo, a Fapesp rejeitou em 2006 nada menos do que 2.310 pedidos de bolsas de mestrado (62% do total) e 743 pedidos de bolsas de doutorado (53% do total)

Assim como as universidades estaduais, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) viveu as turbulências das mudanças institucionais no primeiro ano do governo José Serra (PSDB). Em 10 meses, a fundação vinculou-se, sucessivamente, a três secretarias diferentes. Os famosos decretos de 1º de janeiro de 2007 redefiniram a pasta à qual a Fapesp estava vinculada até então, a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, que perdeu “ciência e tecnologia” e também “turismo”. A Fapesp permaneceu, então, na enxuta Secretaria de Desenvolvimento, e as universidades, que também pertenciam à antiga pasta, foram encaminhadas para a recém-criada Secretaria de Ensino Superior. Ao assumir esta pasta Carlos Vogt, até então presidente da Fapesp, a instituição “seguiu” com ele e se “reencontrou” com as uni-

versidades estaduais, mas agora sob uma secretaria com outro nome.

Para substituir Vogt na presidência da Fapesp, Serra nomeou o primeiro colocado da lista tríplice: Celso Lafer, professor da Faculdade de Direito da USP, ex-ministro (Desenvolvimento e Relações Exteriores) do governo Fernando Henrique Cardoso. O novo presidente também integra o conselho de administração da Klabin, um dos maiores grupos empresariais brasileiros.

As trocas no comando não afetam, portanto, os rumos que a fundação pública de fomento à pesquisa vem trilhando nos últimos anos, no sentido de crescente envolvimento com o setor privado. Sérgio Henrique Ferreira, um dos mais importantes cientistas do país, e um dos poucos a criticar abertamente a direção da Fapesp, considera que a instituição tem se afastado cada vez mais dos pesquisadores. “Houve um golpe. A Fapesp sempre foi uma entidade separada do processo de

ensino. Não foi a universidade que inventou a Fapesp, mas os cientistas. Não foram todos os professores das universidades, muito menos os da sua administração, que criaram a Fapesp. As pessoas da universidade criaram o pior conselho que a Fapesp já teve, quase sem cientistas. Ela não era um instrumento da universidade, mas da pesquisa científica. A Fapesp foi atrelada ao sistema de ensino superior. As pesquisas hoje podem ser decididas não mais pelos cientistas, mas pela Secretaria.”

Para Ferreira, professor titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP e ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Fapesp foi dominada pelos quadros da burocracia das universidades estaduais. “O esfacelamento burocrático da Fapesp deve estar fazendo as pessoas que estão mortas e lutaram pela fundação rolaem no túmulo”.

Como Ferreira, a Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvi-

to e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei) também criticou a mudança de secretaria e o excessivo vínculo às universidades estaduais, mas por considerar que a mudança induz a desconsiderar a importância das empresas, institutos de pesquisa e universidades federais e privadas na pesquisa paulista. Nascida de um programa da Fundação Instituto de Administração (FIA), a Anpei — que tem entre seus associados empresas como Aracruz Celulose, Petrobras, Nestlé, Embraer e Allelyx — considera que ainda há um excesso de docentes no conselho da entidade, e que esta deveria continuar na Secretaria de Desenvolvimento, justamente para ter maiores laços com o desenvolvimento econômico.

Já Ricardo Musse, professor de sociologia da USP, pensa justamente o contrário. Que a definição dos recursos da pesquisa teria que voltar mais para o controle da universidade. “A própria ciência básica já se tornou um instrumento da reprodução social. Há outra distinção, entre o saber ‘aplicável’ ao aparato de produção e os saberes necessários à correção, à regulação e até mesmo à contestação do atual modelo de organização da produção. Nesse último, engloba enfoques que vão desde a defesa do meio ambiente e da melhoria das condições de vida até à crítica do capitalismo. Esse tipo de conhecimento, essencial para o futuro da humanidade, não tem sido contemplado devidamente pelas agências de fomento. É por conta disso que tenho defendido que a definição sobre as pesquisas volte a ser feita, como outrora, nas Universidades, que são, por definição, o âmbito mais apropriado

para isso, dado o seu caráter público, transparente e democrático”.

No atual conselho superior da Fapesp há 12 membros, os quais têm mandato de seis anos. Os reitores das universidades estaduais paulistas: Suely Vilela (USP), José Tadeu Jorge (Unicamp), Marcos Macari (Unesp). Horácio Lafer Piva, ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), também membro do conselho da Klabin; Vahan Agopyan, professor da Escola Politécnica e presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT); Yoshiaki Nakano, ex-secretário da Fazenda; Luiz Gonzaga Belluzzo, professor do Instituto de Economia da Unicamp e proprietário de faculdade privada; os sociólogos José de Souza Martins e Sedi Hirano, professores da FFLCH; José Arana Varela, professor do Instituto de Química da Unesp de Araraquara; Eduardo Moacir Krieger, professor da Faculdade de Medicina e diretor da unidade de hipertensão do Hospital das Clínicas da USP.

Como informa, de modo eloquente, o sítio da Fapesp: “Seis desses membros são de livre escolha do Governador do Estado e os demais são também indicados pelo governador, a partir de listas tríplexes eleitas pelas universidades estaduais paulistas e pelas instituições de ensino e pesquisa, públicas e particulares, sediadas no Estado de São Paulo”. Não existe o menor risco, portanto, de uma abertura da estrutura da entidade para setores da comunidade universitária e dos institutos públicos de pesquisa menos comprometidos com a burocracia ligada ao governo estadual.



Professor Ricardo Musse

Se as várias mudanças de “encaixe” da Fapesp na estrutura de governo, e as trocas na sua presidência, sugerem uma certa confusão, as tendências dos investimentos descritos nos relatórios de atividades e a “longevidade” dos ocupantes do cargo de diretor científico (considerado o mais poderoso da fundação) indicam que a instituição vem perseguindo uma rota inalterada no tocante às políticas de fomento. Desde 1993, apenas duas pessoas ocuparam a posição: os professores José Fernando Perez e Carlos Henrique de Brito Cruz, que assumiu em 2004, nomeado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Perez deixou a diretoria científica da Fapesp para atuar na iniciativa privada, repetindo o que fizeram alguns pesquisadores do Projeto Genoma (símbolo da sua passagem pelo cargo), que criaram empresas com a Scylla e a Allelyx, para prestar serviços em sequenciamento genético. Brito Cruz renunciou ao cargo de reitor da se-

PUBLICAÇÃO DE REVISTA PRÓPRIA ENVOLVE UNIEMP, PARCEIRO INVESTIGADO PELO MPE

A revista de divulgação científica *Pesquisa Fapesp*, distribuída em parte gratuitamente para pessoas de alguma forma vinculadas à fundação e também vendida em bancas, está dentro da Fapesp como um projeto de pesquisa, mas seus recursos são gerenciados pelo Instituto Uniemp-Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa. Embora as pessoas que trabalham regularmente na revista atuem fisicamente na Fapesp, usem endereços eletrônicos e telefones da Fapesp, e a revista traga o nome da fundação, é o Instituto Uniemp que remunera todas elas. Elas não são funcionárias da

Fapesp, nem do Instituto Uniemp, mas prestam serviços a este por intermédio de pessoas jurídicas.

Como explicado pelo diretor-científico Brito Cruz, formalmente a revista é um projeto de pesquisa, coordenado pelo professor Luiz Henrique Lopes dos Santos, da USP e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). O contrato de gestão com o Uniemp é assinado por Lopes dos Santos.

No Conselho Deliberativo do Uniemp figuram os três reitores das universidades estaduais, bem como o ex-reitor da Unicamp Carlos Vogt, atualmente vice-presidente de honra do instituto. Procurada pela *Revista*

Adusp, a assessoria de imprensa do Uniemp disse que caberia à Fapesp esclarecer o valor e natureza do contrato entre a fundação e o instituto, tais como a taxa administrativa cobrada pelo Uniemp. Mas, até o fechamento desta edição, a Fapesp não informou esses dados.

Durante o governo Alckmin, entre 2001 e 2006, o Uniemp fechou diversos contratos com órgãos do governo, sem licitação, no valor de R\$ 77 milhões. O Ministério Público Estadual constatou que os contratos foram ilegalmente repassados para organizações não governamentais, o que motivou abertura de investigação (**vide p. 63**).

gunda maior universidade do Estado, a Unicamp, quando ainda lhe faltava cumprir um ano e meio de mandato, para tornar-se diretor científico da Fapesp — em tese um cargo abaixo da presidência, mas que na realidade é a “alma” da entidade, nas palavras do primeiro a ocupá-lo desde que foi criada, o geneticista Warwick Estevam Kerr. Antes, Brito Cruz já exercera por quatro anos a presidência da Fapesp (1996-2000).

Não há hoje nenhuma restrição legal ou institucional para sair deste cargo, o mais influente sobre as verbas da Fapesp, e assumir reitorias de universidades estaduais. Nem se impõe qualquer tipo de

Brito Cruz renunciou ao cargo de reitor da Unicamp, quando ainda lhe faltava cumprir um ano e meio de mandato, para tornar-se diretor científico da Fapesp — cargo abaixo da presidência, mas tido como o mais poderoso

quarentena caso o presidente ou diretor-científico da Fapesp queira se dirigir para a iniciativa privada, que vem recebendo recursos da fundação, direta ou indiretamente. Tentamos debater esta situação com o professor Brito Cruz, mas ele considera que tal questionamento “apenas pretende lançar suspeita sobre minha conduta”.

Criada em 1962, a Fapesp, em razão de sua autonomia de gestão, de receber uma dotação garantida pela Constituição estadual (1% do total da receita de impostos), da participação da comunidade científica e da limitação de gastos com folha de pessoal em 5% do seu orçamento, foi se

tornando ao longo dos anos uma das raras entidades do poder público com poder de investimento, o que atraiu a atenção de interesses econômicos de empresas privadas e de defensores, de dentro e de fora da academia, de maiores investimentos em “inovação tecnológica”, que segundo seus defensores trariam retornos econômicos maiores para São Paulo. Nos últimos anos, foi estabelecido um limite para a concessão de bolsas de 30% dos gastos anuais da fundação, e cada vez mais a diretoria da Fapesp concentra a definição de recursos, financiando projetos temáticos definidos pelo seu conselho e programas de inovação tecnológica.

Em 2006, a Fapesp desembolsou aproximadamente R\$ 522 milhões no financiamento de bolsas e auxílios à pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Desse total, R\$ 150 milhões (28,7%) foram destinados a bolsas e R\$ 224 milhões (42,9%) a auxílios à pesquisa. Outros R\$ 148 milhões (28,3%) sustentaram a somatória de apoio a programas especiais (R\$ 75,7 milhões, 14,5%) e de pesquisa para inovação tecnológica (R\$ 72,3 milhões, 13,8%). Em 2003, esta mesma somatória foi de R\$ 73 milhões (20,5% dos desembolsos totais da Fapesp).

Portanto, em apenas três anos, o investimento proporcional da Fapesp na somatória programas especiais/pesquisa para inovação cres-



Professor Marco Antonio Raupp

Em 2006, o índice de aprovação de bolsas solicitadas para o doutorado direto foi de 77% (219, em 283), mas para o doutorado tradicional foi de 47% (664 em 1.407), e para o mestrado só de 38% (1.203 em 3.193)

ceu quase 8%, e o investimento em valores absolutos mais que dobrou, isso num período de baixa inflação. No mesmo período, a porcentagem de recursos destinados a bolsas regulares regrediu de 38,3% (R\$ 135 milhões, de um total de R\$ 354 milhões) para 28,7% (R\$ 150 milhões, de um total de R\$ 522 milhões). As-

sim, no período 2003-2006 o aumento de recursos para bolsas em valores absolutos (R\$ 15 milhões) é muito inferior ao aumento registrado para os programas (R\$ 75 milhões).

Brito Cruz sustenta que os gastos percentuais com bolsas em 2003 representam uma anormalidade, uma resposta à crise causada nas contas da fundação pela desvalorização do real. “Em 2006, o investimento em bolsas foi 11% superior ao feito em 2003. O percentual do dispêndio dedicado a bolsas passou de 38,5% em 2003 para 28,7% em 2006 (quando houve aumento do valor e das quantidades de bolsas), retratando a recuperação financeira da fundação e demonstrando que, quando houve a crise devida à alta do dólar em 2002, a Fapesp priorizou as bolsas, reduzindo os gastos em todos os outros programas”.

Entre 2004 e 2005 houve significativa redução tanto de número de projetos (de 4.132 para 4.002) quanto na quantia — de R\$ 136,8 milhões para R\$ 128,7 milhões (-5,93%) — destinada a bolsas regulares. O número de projetos de auxílios regulares também diminuiu (de 3.110 para 2.999), mas os recursos aumentaram 17,98%, de R\$ 167,8 milhões para R\$ 197,9 milhões. Já o número de projetos e os recursos para inovação tecnológica aumentaram. Os primeiros, de 1.043 para 1.161,

Tabela 1

FAPESP - Evolução anual de solicitações e aprovações de bolsas no país e no exterior - 2001 a 2006

Bolsas no País (3)	2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Sol. (1)	Apr. (2)	Sol. (1)	Apr. (2)	Sol. (1)	Apr. (2)	Sol. (1)	Apr. (2)	Sol. (1)	Apr. (2)	Sol. (1)	Apr. (2)
IC	2884	1853	2907	1872	2881	1846	3248	2128	3157	2041	3513	2353
MS	3023	811	2598	734	2440	716	2771	783	2879	797	3193	1203
DR	1500	719	1322	651	1406	509	1366	484	1257	460	1407	664
DD	179	25	397	247	430	282	387	261	319	203	283	219
PD	711	459	686	455	718	372	964	343	939	372	1009	489
Subtotal	8297	3867	7910	3959	7875	3725	8736	3999	8551	3873	9405	4928
Bolsas no Exterior (4)	2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Sol. (1)	Apr. (2)	Sol. (1)	Apr. (2)	Sol. (1)	Apr. (2)	Sol. (1)	Apr. (2)	Sol. (1)	Apr. (2)	Sol. (1)	Apr. (2)
NF	0	0	0	0	0	0	0	0	24	7	18	16
PG	7	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PD	298	162	218	149	206	113	189	133	184	122	206	128
Subtotal	305	163	220	149	206	113	189	133	208	129	224	144
Total	8602	4030	8130	4108	8081	3838	8925	4132	8759	4002	9629	5072

(1) Número de solicitações inclui somente pedidos iniciais.

(2) Número de aprovações inclui somente concessões iniciais.

(3) AP = Aperfeiçoamento; IC = Iniciação Científica; MS = Mestrado; DR = Doutorado; DD = Doutorado-Direto; PD = Pós-Doutorado

(4) NF = Novas Fronteiras; PG = Pós-Graduação (Doutorado no Exterior); PD = Pesquisa (antiga Pós-Doutoramento no Exterior)

obs: As concessões podem referir-se tanto a solicitações do próprio ano da concessão quanto a solicitações de anos anteriores.

e os recursos, de R\$ 89,2 milhões para R\$ 154 milhões, ultrapassando no ano de 2005 o valor destinado a bolsas regulares.

Isso significa na prática que, enquanto há uma demanda reprimida de projetos meritórios de bolsas regulares de mestrado e doutorado, aprovados por pareceristas, mas depois peneirados e descartados pela “avaliação competitiva” levada a cabo pelos coordenadores de área da fundação, a Fapesp anuncia o maior convênio da sua história, que implica um desembolso seu de R\$ 50 milhões, ao longo de cinco anos, para financiar projetos que hoje não existem e que serão definidos posteriormente, em parceria e de acordo com os interesses da Dedini, gigante do setor de etanol (vide p. 55).

No tocante à política de concessão de bolsas, a proporção de recursos e também os montantes concedidos ao pós-doutorado cresceram bem mais do que aqueles destinados ao mestrado. O pós-doutorado passou de R\$ 28,8 milhões (21,26%), em 2003, para R\$ 42,4 milhões (32,95%) em 2006. No mesmo período, os valores destinados às bolsas de mestrado acusaram um tímido crescimento: passaram de R\$ 16,4 milhões (12,13%) para R\$ 18,2 milhões (14,2%).

Mesmo assim, em 2006 o índice de aprovação de solicitações de todos os tipos de bolsas — iniciação científica, mestrado, doutorado, doutorado direto e pós-doutorado, no país e no exterior — foi de apenas 52,67%: de um total de 9.629 solicitações, 5.072 foram atendidas. Número sofrível, mas superior aos do período 2001-2005.

Em 2001, de 8.602 bolsas solicitadas, foram concedidas apenas 4.030 (46,84%); em 2002, de 8.130 pedidos atenderam-se 4.108 (50,52%); em 2003, de 8.081 pedidos, foram atendidos 3.838 (47,49%); em 2004, de 8.925 solicitações atenderam-se só 4.132 (46,29%); em 2005, chegou-se ao “fundo do poço”, pois houve 8.759 pedidos e apenas 4.002 foram atendidos (45,69%).

Os dados de 2006 indicam recuperação, mas isso também ocorreu em 2002, sem confirmar-se nos anos seguintes. Persistem, além do que, as já citadas distorções na distribuição de bolsas: em 2006, por exemplo, o índice de aprovação de bolsas solicitadas para o doutorado direto foi de 77% (219, em 283), enquanto para o doutorado tradicional esse índice foi de apenas 47% (664 em

1.407), e para o mestrado somente de 38% (1.203 em 3.193). Assim, o bom resultado de 2006 reflete uma preferência maciça pelas bolsas de iniciação científica, com 67% de pedidos aprovados (2.353 em 3.513), e, secundariamente, pelas bolsas agrupadas na rubrica “Bolsas no Exterior” (vide Tabela 1), com 64% de aprovações (144 em 224).

No caso específico da USP, os dados são semelhantes. As solicitações de bolsas de mestrado tiveram baixíssimo índice de aprovação pela Fapesp em 2002: 35% (375 em 1.072), 2003: 35% (335 em 958), 2004: 32% (386 em 1.208) e 2005: 37% (394 em 1.061). Os números melhoraram em 2006: 48% (548 em 1.135). Já o índice de aceitação de solicitações de bolsas de doutorado teve seu pior momento em 2004: 37% (232 em 626), aumentou em 2005: 46% (217 em 475), e chegou em 2006 a 60% (325 em 547) (vide Tabela 2).

Um programa específico que consome cada vez mais recursos envolve os Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids), selecionados por comissões em 2000. O programa já começou polêmico, após o Conselho da fundação desconsiderar a última etapa de seleção do edital e criar o dobro dos centros previstos inicialmente: 10, ao invés de cinco. A Fapesp, segundo seu estatuto, justamente para não incorrer em desvio de função, só pode financiar projetos de pesquisa, não estruturas fixas. Mas desde 2000, ao mesmo tempo em que não abriu editais para novos centros, segue financiando os Cepids existentes como um projeto “guarda-chuva”.

Tabela 2**FAPESP - nº de bolsas regulares solicitadas e contratadas com pesquisadores vinculados à Universidade de São Paulo - 2002 a 2006**

	Tipo de bolsa	solicitadas	contratadas
2002	Pesquisa (Exterior)	74	54
2002	Doutorado Direto	230	147
2002	Doutorado	620	346
2002	Iniciação Científica	959	701
2002	Mestrado	1072	375
2002	Pós-doutorado	353	242
TOTAL		3308	1865
2003	Pesquisa (Exterior)	65	46
2003	Doutorado Direto	250	159
2003	Doutorado	649	265
2003	Iniciação Científica	979	651
2003	Mestrado	958	335
2003	Pós-doutorado	356	193
TOTAL		3257	1649
2004	Pesquisa (Exterior)	70	48
2004	Doutorado Direto	214	155
2004	Doutorado	626	232
2004	Iniciação Científica	1116	809
2004	Mestrado	1208	386
2004	Pós-doutorado	462	169
TOTAL		3696	1799
2005	Novas Fronteiras (Exterior)	9	3
2005	Pesquisa (Exterior)	55	46
2005	Doutorado Direto	164	110
2005	Doutorado	475	217
2005	Iniciação Científica	1027	772
2005	Mestrado	1061	394
2005	Pós-doutorado	358	186
TOTAL		3149	1728
2006	Novas Fronteiras (Exterior)	13	7
2006	Pesquisa (Exterior)	61	52
2006	Doutorado Direto	155	140
2006	Doutorado	547	325
2006	Iniciação Científica	1125	883
2006	Mestrado	1135	548
2006	Pós-doutorado	415	251
TOTAL		3451	2206

fonte: CPD/FAPESP

Os Cepids recebem recursos da fundação em ordem crescente. Em 2001, o programa recebeu R\$ 5.294.431. Em 2003, R\$ 29.046.408. Em 2006, R\$ 38.495.881. Outro “projeto de pesquisa” é a revista *Pesquisa Fapesp*, desenvolvida através de um convênio com o Instituto Uniemp (vide quadro). Um projeto de pesquisa fixo, sem data para terminar, mas que não se enquadra como despesa operacional da fundação.

Outro projeto cria o “Instituto Virtual Microsoft Research/Fapesp”, que, tal como o convênio com a Dedini, coloca a estrutura, pareceristas e recursos da Fapesp a serviço das empresas. Para Brito Cruz, são recursos que a Fapesp “traz” para a pesquisa, não recursos que vão da Fapesp para a iniciativa privada, mesmo que a propriedade intelectual das patentes desenvolvidas fique com a empresa. No caso da Microsoft, a empresa norte-americana entra com 400 mil dólares, e a Fapesp faz uma contrapartida de 250 mil dólares, em um projeto que coloca verbas públicas na contramão do conceito de *software* livre. O comitê que define o que será financiado é composto por seis membros, com três membros da empresa e três da fundação.

O papel da Fapesp na articulação de redes de pesquisa, que têm tratado de temas de grande visibilidade, como biodiversidade e genoma, e agora biocombustíveis e mudanças climáticas, destacado por Lafer como uma das principais funções da fundação, é questionado por Sérgio Henrique Ferreira. “Esses progra-

A Fapesp, segundo seu estatuto, só pode financiar projetos de pesquisa, não estruturas fixas. Mas desde 2000 financia os dez Centros de Pesquisa, Difusão e Inovação (Cepids), que receberam, em 2006, mais de R\$ 38 milhões

mas temáticos são a auto-promoção de certos grupos dentro do conselho da Fapesp. Em geral, depois de um certo tempo, restam apenas os aparelhos comprados, que não se sabe direito onde vão parar. Estas idéias de redes para problemas gerais não podem ser definidas por burocratas. Você não pede qualidade no pesquisador, no projeto. Você cria um tema e quem faz um projeto associado ao tema pode entrar.”

Todas essas mudanças de rumo e natureza da fundação ficam mais claras quando as despesas são analisadas em um arco de tempo mais longo. Em 1996, a Fapesp tinha menos recursos (despendeu R\$ 206 milhões), e não existiam projetos temáticos, programas para inovação em empresas, revista *Pesquisa Fapesp* ou Cepids, todos criados na gestão Perez, o início da invenção de cada vez mais programas pelo conselho da entidade. Os gastos até então se concentravam em infraestrutura para pesquisa, bolsas e auxílios regulares. Pesquisas para

inovação tecnológica consumiam menos de 1% dos gastos. Entre 2003 e 2007, porém, os gastos com inovação nunca ficaram abaixo de 10% do total. Não que os representantes do setor achem suficiente. Menos do que acalmar, o crescimento dos gastos com inovação tem gerado, nos setores interessados, uma demanda ainda maior por recursos.

Com a eleição de Marco Antonio Raupp para a presidência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em julho de 2007, pode-se dizer que a inovação “chegou” à SBPC. Raupp é coordenador do Núcleo do Parque Tecnológico de São José dos Campos, parte do projeto do governo estadual de criar cinco pólos regionais de integração entre empresas e pesquisas, aproveitando-se de vocações já estabelecidas nas cidades escolhidas (além de São José dos Campos, São Paulo, Campinas, São Carlos e Ribeirão Preto). Os parques tecnológicos são uma das novidades nos gastos da Fapesp em 2007, consumindo por enquanto “apenas” um valor em torno de R\$ 2 milhões, 0,65% do seu orçamento. Política de desenvolvimento do Estado executada com recursos da fundação. No caso do Parque Tecnológico de São José dos Campos, o principal foco é o setor aeroespacial, com a participação de empresas como a Embraer.

Embora Raupp reconheça que sem a luta de anos para estabelecer um sistema de pesquisa não haveria “sequer o que se discutir”, para ele hoje a prioridade é estimular as pesquisas dentro das empresas, que re-

vertam em ganho econômico. “Toda a minha carreira foi pela consolidação de um sistema nacional de ciência e tecnologia, pesquisa e pós-graduação. Um conjunto que forma 10 mil doutores. Esse sistema, do ponto de vista acadêmico, tem um relativo sucesso. A produção da pesquisa científica está do tamanho econômico do país. Está tudo bem? Não. Há assimetrias regionais. E há assimetrias como a ciência restrita ao ambiente acadêmico, que não contribui para a inovação. Ela tem que chegar nos agentes que produzem bens de valor econômico, as empresas. A sociedade valorizará muito mais a ciência, pelo impacto na economia”.

Raupp enxerga espaço para uma “outra Fapesp”, por considerar que o atual arranjo é uma tentativa de escapar à finalidade original da entidade. “A Fapesp foi montada para a ciência acadêmica, e estão tentando transbordar para este lado da inovação. Não sei se em um regime permanente a Fapesp seria o organismo que se dedicaria à inovação. Ela está fazendo porque não existe um órgão específico para isso, que seria uma ‘Fapesp’ um pouco diferente da que cuida de ciência acadêmica”. Estudos para criação de uma entidade com o perfil de financiamento para inovação estavam sendo desenvolvidos na Secretaria de Desenvolvimento pelo secretário-adjunto Carlos Américo Pacheco, que foi secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia entre 1999 e 2002. Raupp aponta que enquanto no Estado o financia-

“A Fapesp foi montada para a ciência acadêmica, e estão tentando transbordar para este lado da inovação. Não sei se em um regime permanente a Fapesp seria o organismo que se dedicaria à inovação”, afirma Raupp, da SBPC

mento à inovação tem sido feito por meio da Fapesp, no plano federal tem se dado principalmente através dos fundos setoriais, modelo que considera preferível.

Para Solange Corder, do Grupo de Estudos Sobre Organização da Pesquisa e da Inovação (Geopi), da Unicamp, a ação da Fapesp junto à inovação tecnológica é “interessante”, mas ainda “bastante tímida se comparada com o esforço desta agência no fomento aos projetos de natureza mais acadêmica”. Um dos problemas apontados por ela é o entrave legal para o investimento de recursos públicos a fundo perdido diretamente nas empresas, o que levaria a parcerias com acadêmicos. Outro é a resistência do setor a lidar com as empresas e as diferenças de cultura e objetivos entre eles. “Muitas empresas encontram dificuldades de operar com os pesquisadores acadêmicos e vice-versa. Os critérios de avaliação da produtividade de um pesquisador são muito distintos daqueles utilizados dentro da

empresa. É preciso rever isso se se desejar de fato incentivar a parceria entre ambos, caso contrário haverá sempre muita preocupação já que o pesquisador envolvido com projetos desta natureza não poderá publicar tanto, até porque muitos destes contratos envolvem sigilo”.

Na nota emitida pela Anpei sobre a mudança de secretaria da Fapesp, fica ainda mais clara a caracterização da pesquisa nas universidades como a “prima rica” do sistema de ciência e tecnologia no país, enquanto a pesquisa e desenvolvimento em empresas e a inovação tecnológica seriam carentes de recursos. “Enquanto na primeira (produção científica nas universidades) somos competitivos com o restante do mundo evoluído, tanto em volume como em excelência da pesquisa, o setor produtivo brasileiro encontra-se aquém dos países industrializados em termos de competitividade tecnológica. Por razões várias, inclusive históricas, é esse setor da economia, atualmente, o elo fraco da cadeia tecnológica brasileira.”

Em outras palavras, a pressão dos *lobbies* vai aumentar. Cada vez mais o amparo à “rica” e “competitiva” pesquisa acadêmica, com suas bolsas, seus mestrados, suas pesquisas que não visam lucro ou patentes, vai dividir espaço e lutar não só com o amparo às pequenas empresas de inovação, mas também com a concessão de financiamentos para grandes empresas como Dedini, Embraer, Microsoft e outras, que cada vez mais recorrem à Fapesp para financiar projetos do seu interesse.